



36

ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

PROCESSO N.º 2014.CAN.APO.2940/14
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ
INTERESSADO: FRANCISCO EDMILSON JUSTA DE ASSIS
NATUREZA: REGISTRO DE ATO DE PESSOAL – APOSENTADORIA
VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS
RELATOR: AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

ACÓRDÃO N.º 2687/2014

EMENTA:

Aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais. Decisão da 2ª Câmara do TCM, de acordo o Parecer Ministerial, pela legalidade do ato aposentatório, determinando o seu competente registro.
Recomendações.

ACÓRDÃO

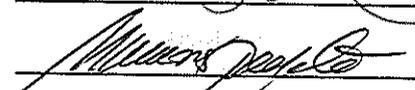
Vistos e discutidos estes autos de aposentadoria por idade com proventos proporcionais, requerida pelo Sr. **Francisco Edmilson Justa de Assis**, ocupante do cargo de **Vigia**, Matrícula n.º 324, lotado na **Secretaria Municipal de Ação Social de Canindé**, ACORDAM os membros da 2ª Câmara do Tribunal de Contas dos Municípios em **conferir legalidade ao ato concessivo da aposentadoria n.º 007/2014**, fl. 25, datado em **29/01/2014**, em favor do servidor acima indicado, com proventos de **R\$ 836,03** (oitocentos e trinta e seis reais e três centavos), **determinando o seu competente registro**, com supedâneo no art. 78, inciso III, da Constituição Estadual, bem como no art. 38, inciso II, da Lei 12.160/1993, nos termos do Relatório e da Proposta de Voto.

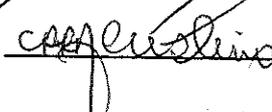
Recomendações à administração previdenciária.

Publique-se, registre-se e cumpra-se

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de junho de 2014.


_____- Cons. Presidente.


_____- Auditor Relator.

Fui Presente:  _____ - Procurador(a).



37

ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

PROCESSO N.º 2014.CAN.APO.2940/14
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ
INTERESSADO: FRANCISCO EDMILSON JUSTA DE ASSIS
NATUREZA: REGISTRO DE ATO DE PESSOAL – APOSENTADORIA
COMPULSÓRIA COM PROVENTOS PROPORCIONAIS
RELATOR: AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE RELATOR:
AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

RELATÓRIO

Tratam os autos de aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais de interesse do Sr. Francisco Edmilson Justa de Assis, ocupante do cargo de Vigia, Matrícula n.º 324, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social de Canindé.

Os autos encontram-se instruídos com a documentação de fls. 02/26 encaminhada à apreciação desta Corte de Contas pelo IPM daquela Municipalidade.

Após distribuído a este Relator, fl. 27, o processo foi remetido à Diretoria de Fiscalização – DIRFI, para a devida instrução.

A 2ª Inspeção desta Corte de Contas se pronunciou através da informação n.º 3843/2014, fls. 29/30, noticiando a regularidade do ato em análise.

Encaminhado o caderno processual para a Procuradoria de Contas, foi exarado o Parecer n.º 2783/2014 (fl. 34), da lavra da douta Procuradora Leilyanne Brandão Feitosa, opinando pela legalidade do Ato e seu conseqüente registro.

Desse modo, vieram os autos a este Relator, para análise e emissão da PROPOSTA DE VOTO, a seguir delineada

É o relatório.



ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

RAZÕES DA PROPOSTA DE VOTO

Deflui do exame minucioso dos autos que o Sr. Francisco Edmilson Justa de Assis ingressou regularmente no serviço público em 01/08/1983, através de contrato de Trabalho com a Prefeitura Municipal de Canindé, no cargo de Vigia Noturno, conforme cópia da CTPS (fl. 09).

Posteriormente, em 15/01/2014, cumpridos os requisitos legais, o interessado solicitou junto à Prefeitura Municipal a aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais (fl. 04).

Nos termos do Título de Aposentadoria nº. 007/2014, fl. 25, assinado pelo Sr. Francisco Celso Crisostomo Secundino, Prefeito Municipal de Canindé, e pela Sra. Eugênia Chaves Falcão, Presidente do Instituto de Previdência do Município em tela, datado de 29/01/2014, fixou-se o valor do benefício em R\$ 836,03 (oitocentos e trinta e seis reais e três centavos), assim discriminado

Vencimento	R\$ 1.417,02
Valor Apurado da Média	R\$ 960,63
Valor do Benefício Proporcional	R\$ 836,03
Valor do Benefício	R\$ 836,03

Submetida a matéria à apreciação da diligente Inspetoria, a mesma atestou que o processo encontra-se constituído de toda a documentação necessária à concessão do benefício (fls. 29/30), e que o Interessado contava com 68 (sessenta e oito) anos de idade na data do requerimento, perfazendo, também, o total de 11.118 (onze mil, cento e dezoito) dias, que, convertidos, correspondem a 30 (trinta) anos, 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias de contribuição previdenciária, conforme certidão (fl. 12).

Dessa forma, outro posicionamento não nos resta, senão o de acatar como procedente o pedido em comento, uma vez que a situação do beneficiário está dentro dos parâmetros legais fundamentados no art. 40, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com a nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 1º da Lei Federal nº 10887, de 18/06/2004 de conformidade com o art. 53, inciso III, alínea "d" da Lei Orgânica do Município de Canindé em consonância com o art. 31 e seus incisos da Lei nº 1918/2006 Instituto de Previdência do Município de Canindé, fazendo o mesmo jus à aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais.



39
e

ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

DA PUBLICAÇÃO DO ATO

Conforme salientado por esta Relatoria em vários processos desta natureza, existe a necessidade de os processos sujeitos a registro desse Tribunal comprovarem publicação do ato em deslinde, em obediência ao art. 9º, inciso II da IN nº. 02/2001 TCM/CE e ao princípio da publicidade previsto no art. 37, *caput* da CF.

Com vistas a atender a legislação pertinente anexou-se aos autos declaração de publicação (fl. 26), datada em 30/01/2014, na qual se atesta que o ato em epígrafe foi afixado no flanelógrafo do Instituto de Previdência da Prefeitura Municipal de Canindé na data de 29/01/2014 e ficou exposto pelo prazo legal conforme determina a legislação municipal.

Esta Relatoria, contudo, entende que a simples utilização do flanelógrafo para a veiculação de atos oficiais não atende, integralmente, à **AMPLA PUBLICIDADE** a que faz referência o art. 28 da Constituição Estadual do Ceará:

Art. 28. Compete aos Municípios:

I- *omissis*; [...]

X - dar **ampla publicidade** a leis, decretos, editais e demais atos administrativos, através dos meios de que dispuser.

É dizer, se em segundo momento a Constituição Estadual deixou a cargo dos Municípios dispor sobre os meios de publicação de seus atos, antes disso, também exigiu que o meio adotado conferisse ampla publicidade àqueles.

O ato administrativo de publicação, considerando sua natureza jurídica de cunho meramente formal (ato de caráter enunciativo), **reveste-se do atributo da presunção de veracidade**, significando que se presume que os fatos alegados pela Administração existem ou ocorreram, ou seja, são verdadeiros, até que se prove o contrário.

Todavia, no que concerne à publicação em flanelógrafo, entendemos que existe uma peculiaridade que transfere o ônus da prova para o gestor, e não para o Tribunal de Contas, em razão da impossibilidade de desconstituir a afirmação de que não houve a tal publicação (afixação em repartições públicas), especialmente pelo fato de que tais declarações se referem a supostas "divulgações" já ocorridas no passado.

Quedar-se a tal afirmação, sem poder contrapô-la, seria tornar inerte a atividade de controle, quando se sabe que este pode ser plenamente exercido a partir das provas que devem ser carreadas ao feito pelo gestor, especialmente quando a responsabilidade para adotar a providência então declarada é dele (gestor).

Se a presunção de veracidade e legitimidade de que se revestem os atos administrativos (estrito senso) têm o caráter de relatividade, é porque em tais hipóteses existe a possibilidade de se provar o contrário. Assim, se a administração pública edita um ato com a relação de licitantes inabilitados, é possível um terceiro,

M



40
e

ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DO AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE

verificando a documentação pertinente, averiguar se tal afirmação é verdadeira ou não, e, eventualmente, propor a sua desconstituição.

Assim, não se nos afigura possível, materialmente, que possa esta Corte de Contas comprovar que não houve a publicação do ato de pessoal, porquanto, além de não ser razoável essa inversão, parece-nos que o ônus da prova deve ser de responsabilidade de quem tinha o encargo de desincumbir-se de tal obrigação.

Mas há de se ponderar que até para o próprio responsável pela afixação em repartições públicas é tarefa que não se revela muito fácil, pois diante da ausência da materialização do ato, por meio de publicação no Diário oficial, parece-nos que a prova meramente testemunhal, que restaria no caso, seria bastante frágil em razão da sua baixa credibilidade.

Por isso é que entendemos que declarações passadas por gestores públicos que dificultam a verificação da veracidade de seu conteúdo, devem ser recebidas com redobrada cautela, pois acabam se prestando como instrumentos de burla do próprio controle a que devem se submeter.

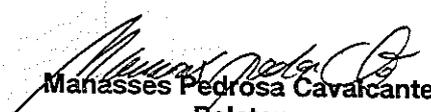
Em razão do exposto, recomendo que a administração passe a conferir os atos administrativos de ampla publicidade, inclusive em jornal de grande circulação ou por meio eletrônico (internet), se for o caso, comprovando-o com documento hábil nos processos submetidos a registro neste Tribunal.

PROPOSTA DE VOTO

Ante o exposto, em consonância com a Informação Técnica e o Parecer da Procuradoria de Contas, **PROPONHO** à 2ª Câmara do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, com respaldo no art. 78, inciso III, da Constituição Estadual, bem como art. 38, inciso II, da Lei nº. 12.160/1993, **conferir legalidade ao ato concessivo de aposentadoria voluntária por idade com proventos proporcionais**, em favor do servidor Francisco Edmilson Justa de Assis, que lhe fixou proventos de R\$ 836,03 (oitocentos e trinta e seis reais e três centavos).

Expedientes necessários

Fortaleza, 04 de junho de 2014.


Manassés Pedrosa Cavalcante
Relator